

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E JUSTIÇA EPISTÊMICA: DISPUTAS DE SABER, COLONIALIDADE DOS DADOS E A (RE) CONFIGURAÇÃO CRÍTICA DA INFORMAÇÃO

ALGORITHMIC GOVERNANCE AND EPISTEMIC JUSTICE: KNOWLEDGE DISPUTES, DATA COLONIALITY, AND THE CRITICAL (RE)CONFIGURATION OF INFORMATION

Mardochee Ogécime – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Maria Aparecida Moura – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a cultura digital contemporânea, com foco nos impactos epistêmicos da governança algorítmica. A partir das experiências do projeto Governança Algorítmica e da disciplina Ocupação Epistêmica e Decolonialidade, ofertada na pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, busca-se construir um quadro analítico que articule a crítica das infraestruturas digitais com os debates sobre justiça epistêmica e colonialidade dos saberes. Fundamentado em uma abordagem qualitativa, teórica e ensaística, o trabalho mobiliza autores como Milton Santos, Muniz Sodré, Sergio Amadeu, Miranda Fricker e David Harvey para examinar como os dispositivos algorítmicos operam como mecanismos de regulação cognitiva, silenciamento de vozes dissidentes e reatualização de hierarquias epistêmicas. Discutem-se os modos pelos quais a cultura digital institui regimes de previsibilidade, normatividade e exclusão simbólica, produzindo formas contemporâneas de epistemicídio. Defende-se, nesse contexto, a necessidade de uma virada decolonial no campo da Ciência da Informação, comprometida com a valorização de saberes plurais, a crítica aos fundamentos tecnocráticos da informação e a construção de práticas investigativas baseadas na escuta, construção coletiva de saberes, produção compartilhada do conhecimento, colaboração epistêmica crítica e justiça cognitiva. Esse gesto epistemopolítico contribuiu, assim, para o aprofundamento do debate sobre os entrelaçamentos entre informação, poder e subjetividade no contexto das tecnologias digitais, situando a justiça epistêmica como horizonte ético-político para a reconfiguração crítica do campo.

Palavras-chave: governança algorítmica; justiça epistêmica; colonialidade dos saberes; epistemicídio digital; Ciência da Informação.

Abstract: This article proposes a critical reflection on contemporary digital culture, focusing on the epistemic impacts of algorithmic governance. Drawing on the experiences of the Algorithmic Governance project and the graduate-level course Epistemic Occupation and Decoloniality, offered at the School of Information Science at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), the study seeks to construct an analytical framework that articulates critiques of digital infrastructures with debates on epistemic justice and the coloniality of knowledge.

Based on a qualitative, theoretical, and essayistic approach, the article engages with authors such as Milton Santos, Muniz Sodré, Sergio Amadeu, Miranda Fricker, and David Harvey to examine how algorithmic devices operate as mechanisms of cognitive regulation, silencing of dissenting voices, and reconfiguration of epistemic hierarchies. It explores how digital culture establishes regimes of predictability, normativity, and symbolic exclusion, producing contemporary forms of epistemicide. In this context, the article advocates for a decolonial turn in Information Science, committed to the recognition of plural ways of knowing, a critique of technocratic informational paradigms, and the development of research practices grounded in listening, collective knowledge construction, critical epistemic collaboration, and cognitive justice. This epistemopolitical gesture thus contributed to the deepening of the debate on the entanglements between information, power, and subjectivity in the context of digital technologies, positioning epistemic justice as an ethical-political horizon for the critical reconfiguration of the field.

Keywords: algorithmic governance; epistemic justice; coloniality of knowledge; digital epistemicide; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a consolidação de ambientes digitais como infraestruturas centrais da vida social, econômica e institucional tem intensificado o papel dos algoritmos, das plataformas e dos sistemas automatizados na mediação das relações humanas e na produção de conhecimento (Zuboff, 2019; Eubanks, 2018). Esse cenário demanda uma análise crítica e aprofundada das formas pelas quais a informação, enquanto categoria técnica, simbólica e política, tem sido capturada por lógicas de controle, previsibilidade e rentabilização, processos que caracterizam a chamada governamentalidade algorítmica (Rouvroy; Berns, 2013). O projeto Governança Algorítmica, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), emerge nesse contexto como uma proposta de investigação e intervenção acadêmica voltada à compreensão das dinâmicas informacionais contemporâneas a partir de um referencial crítico, decolonial e epistêmico.

Como desdobramento desse projeto, foi ofertada uma disciplina de pós-graduação na Escola de Ciência da Informação intitulada Ocupação Epistêmica e Decolonialidade, cujo objetivo central consistiu em problematizar o papel dos dispositivos algorítmicos na reprodução de epistemologias hegemônicas e na supressão de formas plurais de conhecimento. A disciplina constituiu-se como espaço de experimentação teórica e metodológica, onde a cultura digital foi analisada em sua dimensão sociotécnica, territorial e política, articulando autores e abordagens oriundas da crítica da economia política da informação (Mosco, 2009), dos estudos decoloniais (Mignolo, 2003; Quijano, 2000) e das

teorias da justiça epistêmica (Fricker, 2007).

Este artigo surge, portanto, como uma sistematização e aprofundamento das discussões promovidas durante a disciplina e das bases conceituais que informam o projeto de pesquisa. Seu objetivo é propor um quadro analítico robusto para compreender os efeitos da colonialidade algorítmica sobre os processos informacionais, discutindo como tais efeitos impactam desigualmente sujeitos e saberes, especialmente em contextos atravessados por relações históricas de opressão racial, de gênero, classe e território. A esse respeito, as reflexões de Silva (2018) sobre a racialidade como princípio organizador da modernidade e operador ontológico da exclusão revelam-se centrais para a compreensão das hierarquias que estruturam os regimes de visibilidade e legitimidade epistêmica na cultura digital. A noção de governança algorítmica é aqui mobilizada para refletir sobre a constituição de regimes informacionais que regulam e moldam o acesso, a circulação e o reconhecimento dos conhecimentos, muitas vezes operando mecanismos de epistemicídio e apagamento simbólico (Noble, 2018; Santos, 2015; Silveira, 2021).

A proposta articula contribuições de autores como Santos (1994, 2000, 2006), cuja reflexão sobre o meio técnico-científico-informacional oferece elementos fundamentais para compreender a espacialização e a fluidez da informação em escala global; Sodré (2017), que propõe a ideia de *bios* digital como forma de vida mediada por lógicas técnico-sociais e semióticas; Cassino, Souza e Silveira (2021), que denunciam o colonialismo de dados como trincheira da guerra neoliberal e mecanismo de apropriação epistêmica; e Fricker (2007), cuja teoria da injustiça epistêmica permite pensar as dinâmicas de silenciamento e deslegitimação de vozes subalternizadas. Também, incorporaram-se elementos da crítica marxista contemporânea, como a noção de acumulação por espoliação desenvolvida por Harvey (2003), para analisar o processo de extração informacional como nova fronteira da exploração capitalista.

Inscrito no escopo temático do Grupo de Trabalho 12 (GT 12) do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que se dedica a questões de raça, classe, gênero, interseccionalidade e justiça informacional, este trabalho busca contribuir para o debate sobre os impactos da tecnopolítica digital nas epistemologias categorizadas “subalternas”, propondo uma reflexão que combine criticidade, densidade teórica e compromisso com a transformação social. Ao enfatizar a importância de uma virada decolonial nos estudos da informação, o artigo defende a urgência de reconhecer e valorizar

formas plurais de saber como condição para a promoção de uma justiça epistêmica genuína em tempos de governança algorítmica (Mignolo; Walsh, 2018; Santos, 2017).

A abordagem metodológica adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, crítica e ensaística, ancorada na intersecção entre epistemologias do Sul, análise sociotécnica da cultura digital e estudos decoloniais da informação. Seu objetivo central é compreender os impactos epistêmicos da governança algorítmica sobre os processos informacionais e os sujeitos do conhecimento, articulando aportes teóricos e reflexões oriundas de práticas pedagógicas e coletivas. Não se trata de uma investigação empírica no sentido tradicional, mas de uma cartografia teórico-conceitual que mapeia tensões, deslocamentos e disputas em torno da produção, circulação e legitimação dos saberes (Deleuze; Guattari, 1995; Guattari; Rolnik, 1996). Ao privilegiar o ensaio como forma de pensamento situado e engajado, reconhece-se o caráter performativo do conhecimento e a necessidade de interrogar os regimes de verdade que estruturam a pesquisa em Ciência da Informação.

Nesse sentido, o texto opera a partir de um gesto epistemopolítico: mais do que descrever um fenômeno, ele propõe interrogar os marcos teóricos, institucionais e epistêmicos que o tornam visível ou invisível. A disciplina ministrada como parte do projeto Governança Algorítmica é tomada aqui como espaço de elaboração coletiva e de produção de saberes insurgentes. As reflexões produzidas nesse contexto configuram uma forma de pesquisa-formação (Josso, 2003), em que os próprios sujeitos da pós-graduação se colocam como agentes epistêmicos na construção de alternativas teóricas à colonialidade informacional. Trata-se, portanto, de um esforço de reconfiguração metodológica que valoriza a escuta, a experiência situada e o diálogo entre saberes como fundamentos para uma Ciência da Informação comprometida com a justiça social, epistêmica e cognitiva.

2 CULTURA DIGITAL E MEDIAÇÕES SOCIOTÉCNICAS

A cultura digital configura-se, na contemporaneidade, como uma das principais paisagens sociotécnicas da vida social, atravessando práticas cotidianas, afetos, instituições e regimes de verdade. No centro desse panorama, emerge um novo modo de governança sustentado na extração, organização e instrumentalização de dados — um regime mediado por dispositivos algorítmicos e infraestruturas digitais que passam a gerir, com relativa autonomia, os fluxos informacionais e os processos de subjetivação. Tal mediação, como argumenta Sodré (2017), não deve ser compreendida unicamente como um suporte técnico

da comunicação, mas como uma mediação estrutural da própria vida social, que incide sobre as formas de existência (bios), organizando os desejos, os tempos e os modos de conhecer.

Nesse processo, a informação se converte em mercadoria de alta rotatividade, estruturada por plataformas que operam como filtros automatizados de visibilidade. Como aponta Silveira (2021), a lógica da colonialidade dos dados sustenta-se na apropriação massiva de informações pessoais e coletivas, muitas vezes sem consentimento ou transparência, consolidando um novo ciclo de espoliação simbólica. Trata-se de um sistema de governança algorítmica que impõe não apenas regras de acesso ao conhecimento, mas também normas de inteligibilidade e performatividade epistêmica, determinando o que pode ser reconhecido como saber legítimo. Essas plataformas constroem uma economia da atenção (Citton, 2014) e da credibilidade (Fricker, 2007), onde a confiança é transformada em capital simbólico e operacionalizada por métricas de engajamento e ranqueamento, reforçando assim a supremacia de epistemologias dominantes.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, essa mediação sociotécnica transforma de maneira profunda as condições de produção, circulação e apropriação do conhecimento. A centralização informacional nas mãos de corporações transnacionais, aliada à filtragem automatizada por algoritmos, dá origem ao que Fricker (2007) denomina de injustiça epistêmica sistemática, situação em que sujeitos e coletividades historicamente subalternizadas têm seus saberes desautorizados ou apagados por mecanismos opacos de classificação e ranqueamento. Tal dinâmica conecta-se diretamente à noção de epistemicídio, conforme elaborada por Santos (2015), que a define como a destruição ativa de formas de conhecimento não hegemônicas, especialmente aquelas enraizadas em povos racializados, comunidades indígenas e epistemologias feministas e dissidentes.

Essa dinâmica está profundamente ancorada na lógica de funcionamento das plataformas digitais e de seus sistemas algorítmicos. O que Milton Santos (1994) definiu como meio técnico-científico-informacional ganha, no cenário atual, nova intensidade: a informação torna-se, ao mesmo tempo, instrumento de controle social e vetor de territorialização global. Sua concepção de rede, entendida como articulação desigual entre lugares, oferece uma chave potente para compreender como as infraestruturas informacionais operam na reprodução de desigualdades históricas, racializadas e geopolíticas. A cultura digital, longe de ser um espaço neutro de compartilhamento de saberes, constitui um território disputado, onde se entrelaçam práticas de dominação e movimentos de resistência.

A noção de raptocracia, uma forma de governamentalidade fundada na captura afetiva e na gestão algorítmica das emoções, aprofunda essa compreensão ao evidenciar como a subjetividade é moldada na era da tecnopolítica. As plataformas digitais não apenas gerenciam informação, mas atuam diretamente na fabricação de sujeitos desejantes, otimizados, eficientes e permanentemente engajados. Assiste-se, assim, a uma reconfiguração da subjetividade voltada à previsibilidade comportamental, em que o conforto preditivo branco (Fricker, 2007) substitui o dissenso pela coerência algorítmica. Esse cenário reforça a urgência de compreender a cultura digital não como expressão neutra de modernização, mas como um campo intensamente politizado, onde se articulam disputas epistêmicas, simbólicas e civilizatórias.

Essa compreensão da cultura digital como território disputado prepara o terreno para examinar, a seguir, como essas dinâmicas se entrelaçam à colonialidade algorítmica e aos epistemicídios.

3 COLONIALIDADE ALGORÍTMICA E EPISTEMICÍDIOS

A intensificação dos processos de digitalização da vida social, associada à centralidade crescente dos algoritmos na mediação das interações humanas, evidencia um deslocamento estrutural na forma como se produz, organiza e valida o conhecimento. Essa transformação não ocorre de forma neutra: ela está imbricada em dinâmicas históricas de dominação, exclusão e hierarquização dos saberes, que atualizam a lógica da colonialidade em sua dimensão epistêmica. Conforme propõe Quijano (2000), a colonialidade do saber não se limita à imposição de padrões eurocentrados de conhecimento, mas se manifesta como um regime de autoridade cognitiva que silencia, desautoriza e elimina epistemologias dissidentes. No contexto digital, esse regime se reconfigura por meio de sistemas algorítmicos que operam sob lógicas de extração, previsão e normatividade, caracterizando o que tem sido denominado de colonialidade algorítmica.

A colonialidade algorítmica designa, portanto, a atualização de estruturas coloniais de poder por meio de tecnologias digitais, especialmente aquelas fundadas na coleta massiva de dados, na modelagem preditiva e na automação de decisões. Conforme discutido por Cassino, Souza e Silveira (2021), o colonialismo de dados não é apenas um processo técnico, mas uma forma política de captura da vida social e das subjetividades, que transforma os corpos, os territórios e os saberes em insumos para a economia da vigilância. As plataformas digitais e

os sistemas de inteligência artificial operam como dispositivos de classificação e hierarquização cultural, muitas vezes baseados em bancos de dados enviesados, que reproduzem estruturas raciais, de gênero, territoriais e capacitistas de exclusão.

Nesse sentido, o epistemicídio digital não deve ser compreendido apenas como a ausência de certos saberes nos sistemas informacionais, mas como a sistemática desqualificação e apagamento de formas de conhecimento que não se conformam aos critérios de inteligibilidade dominantes. Como argumenta Santos (2015), o epistemicídio é a destruição ativa de ecologias de saber, promovida por regimes epistêmicos hegemônicos que se arrogam o monopólio da racionalidade. No ambiente digital, essa destruição ocorre tanto por meio da arquitetura dos sistemas que privilegiam conteúdos que maximizam o engajamento, reforçando padrões hegemônicos de consumo cultural quanto por algoritmos que replicam vieses estruturais, como demonstrado em estudos sobre discriminação algorítmica em sistemas de busca, recomendação e policiamento preditivo (Eubanks, 2018; Noble, 2018).

A injustiça epistêmica, conceito desenvolvido por Fricker (2007), é central para entender como essas estruturas operam não apenas sobre o conteúdo da informação, mas também sobre a autoridade epistêmica dos sujeitos. A injustiça testemunhal, por exemplo, ocorre quando certos grupos têm sua palavra desacreditada por preconceitos estruturais, o que se agrava em ecossistemas digitais onde a credibilidade é medida por métricas opacas e onde os marcadores sociais são invisibilizados ou manipulados por mecanismos automatizados. Já a injustiça hermenêutica, a exclusão de certas experiências do vocabulário interpretativo socialmente compartilhado, encontra ressonância nos apagamentos operados por filtros algorítmicos que restringem a diversidade narrativa e cognitiva nos fluxos informacionais.

O campo da Ciência da Informação, ao não interrogar suficientemente as materialidades tecnológicas e os regimes de poder que estruturam os sistemas de informação contemporâneos, corre o risco de reproduzir, mesmo que involuntariamente, os mecanismos de epistemicídio e de colonialidade algorítmica. É necessário, portanto, assumir uma postura crítica e situada que articule justiça informacional, justiça cognitiva e justiça epistêmica, reconhecendo que os sistemas de informação são também arenas de disputa ontológica e política. Ao invés de universalizar padrões técnicos de organização do conhecimento, importa

tensionar os critérios de visibilidade, legitimidade e validação dos saberes, incluindo aqueles que são historicamente subalternizados ou deliberadamente apagados.

A análise dos efeitos da colonialidade algorítmica e do epistemicídio digital permite delinear um quadro analítico capaz de expor as engrenagens invisíveis da exclusão cognitiva na cultura digital contemporânea. Essa abordagem configura-se como uma crítica contundente às promessas de neutralidade e democratização da informação propagadas pelos discursos tecnoutópicos, ao evidenciar que a governança algorítmica opera, em grande medida, como um projeto de normalização do pensamento e de captura da diversidade epistêmica. Enfrentar esse cenário demanda mais do que políticas pontuais de diversidade ou inclusão simbólica; exige uma reconfiguração estrutural dos regimes de saber e poder que sustentam as infraestruturas informacionais no contexto global. Esse quadro crítico permite, portanto, avançar para a formulação de um referencial teórico-analítico capaz de sustentar a análise proposta.

4 QUADRO TEÓRICO-ANALÍTICO

A análise da governança algorítmica e suas implicações epistêmicas exige a construção de um quadro teórico robusto, capaz de articular as dimensões técnicas, sociais, políticas e simbólicas da cultura digital contemporânea. Esse quadro é aqui constituído por um conjunto de contribuições que, embora oriundas de diferentes campos do saber, convergem na crítica às formas hegemônicas de produção do conhecimento e na denúncia das estruturas de dominação que sustentam os regimes de informação e poder. A proposta é compor uma ecologia teórica plural, que permita abordar os algoritmos e as infraestruturas digitais não como ferramentas neutras, mas como dispositivos inscritos em relações históricas de colonialidade, espoliação e epistemicídio.

As obras de Santos (1994, 2000, 2006) são centrais nessa arquitetura conceitual. Ao desenvolver as categorias de meio técnico-científico-informacional e espaço banal, Santos (2000, 2006) nos oferece instrumentos para pensar a informação como forma de organização do território e como vetor de homogeneização global. A rede, em sua concepção, é simultaneamente um meio de circulação e um mecanismo de controle e, nesse sentido, permite compreender como as tecnologias da informação se articulam a dinâmicas de exclusão e centralização do saber. Para Santos (1994, 2000, 2006), o território não é apenas o espaço físico, mas o locus onde se realizam as contradições entre técnica, tempo, razão e

emoção, o que se revela particularmente fecundo para analisar a formação de subjetividades no ambiente digital, marcado por fluxos contínuos de dados e por lógicas de racionalização algorítmica.

Complementar a essa perspectiva está a contribuição de Sodré (2017), que propõe uma inflexão ontológica ao discutir a forma o de um bios digital, isto  , uma forma de vida mediada estruturalmente por dispositivos técnico-comunicacionais. Para Sodré (2017), a máquina digital não   apenas funcional: ela   semiótica, pois atua na organiza o do simbólico e na conforma o dos modos de existir. Essa máquina semiótica não produz apenas informa es, mas fabrica estilos cognitivos, afetos e estruturas de percep o. Ao operar como media o integral da vida, o *bios* digital conforma sujeitos adaptados às exigências do capitalismo informacional, instaurando o que o autor chama de cultura do comum formatado, onde a diversidade   reduzida   varia o superficial e o dissenso   diluído na performance da interatividade.

A no o de colonialismo de dados, desenvolvida por Cassino, Souza e Silveira (2021), inscreve essa discussão no campo das disputas geopolíticas e epistêmicas globais. Para os autores, as infraestruturas algor micas funcionam como trincheiras da guerra neoliberal, em que a extra o de dados se dá como forma de acumula o por espolia o, conceito proposto por Harvey (2003) para descrever as estratégias do capitalismo tardio de apropria o de recursos comuns, incluindo hoje os dados pessoais, os saberes tradicionais e os comportamentos digitalizados. O colonialismo de dados opera pela captura e pela reconfigura o da vida social, impondo modelos de racionalidade compatíveis com os interesses do capital informacional, e excluindo formas de conhecimento não hegemônicas.

Por fim, a teoria da injustiça epistêmica elaborada por Fricker (2007) fornece a base  tica e crítica para compreender os efeitos dessa governança algor mica sobre os sujeitos do conhecimento. A injustiça testemunhal e a injustiça hermenêutica descrevem situa es em que indivíduos ou grupos são descredibilizados ou excluídos dos processos de produ o e interpreta o do saber. Quando transpostas ao campo digital, essas categorias ajudam a revelar como os sistemas algor micos, baseados em classifica es historicamente enviesadas, reproduzem silenciamentos estruturais e operam como novos dispositivos de exclusão cognitiva. Fricker (2007) nos convocou a pensar a justiça epistêmica não como uma corre o pontual de falhas, mas como um projeto  tico de redistribui o do reconhecimento, da escuta e da legitimidade epistêmica.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Esse quadro teórico não busca unificação conceitual, mas sim articulação crítica. Cada autor contribui para iluminar uma dimensão específica da problemática: o território e a fluidez (Santos, 1994, 2000, 2006), a vida mediada e a máquina semiótica (Sodré, 2017), a espoliação digital e a disputa global de dados (Cassino; Souza; Silveira, 2021; Harvey, 2003), e os regimes de exclusão cognitiva (Fricker, 2007). Juntos, esses aportes permitem pensar a cultura digital não como terreno neutro de inovação, mas como campo de força, onde se travam batalhas por visibilidade, reconhecimento e justiça informacional.

Além de oferecer categorias analíticas para a crítica da tecnopolítica contemporânea, os autores aqui mobilizados contribuem para evidenciar que o campo da Ciência da Informação não pode mais se furtar à tarefa de interrogar seus próprios fundamentos epistemológicos. Quando os sistemas de informação são desenhados a partir de padrões tecnocráticos e indicadores de eficiência, sem considerar as desigualdades históricas que estruturam o acesso e a legitimidade do saber, reproduz-se uma racionalidade instrumental que desumaniza a informação e compromete sua função emancipatória. É nesse ponto que a articulação entre os conceitos de Santos (1994, 2000, 2006) e Sodré (2017) se torna crucial: se o território é a espacialização das contradições, o bios digital é a subjetivação dessas contradições, operando pela semiótica da adaptação, do consumo e da normalização do pensamento.

É também necessário destacar o valor heurístico da noção de acumulação por espoliação (Harvey, 2003) como chave de leitura das plataformas digitais enquanto mecanismos de extração epistêmica. Dados pessoais, hábitos de leitura, expressões culturais e até tradições orais vêm sendo apropriados por corporações digitais, reorganizados por modelos de linguagem e monetizados em escala global. Este processo, aparentemente técnico, oculta a violência estrutural que o sustenta; uma violência que não é física, mas cognitiva e simbólica. Ao serem traduzidos em categorias algorítmicas, esses saberes perdem seus contextos históricos, seus sujeitos de origem e sua potência política. A colonialidade algorítmica, assim, não apenas explora os corpos e os territórios, mas também espolia a diversidade epistêmica das coletividades.

Quadro 1 – Quadro teórico-analítico: autores, conceitos e contribuições

Autor(a)	Conceito central	Contribuição teórica para o artigo
Santos (1994; 2000; 2006)	Meio técnico-científico-informacional; Rede; Território	Compreensão da informação como vetor de espacialização e controle em escala global; articulação entre técnica e território.
Sodré (2017)	Bios digital; Máquina semiótica	Reflexão ontológica sobre a vida mediada digitalmente e os dispositivos que moldam a subjetividade contemporânea.
Cassino, Souza e Silveira (2021)	Colonialismo de dados	Denúncia do uso de dados como recurso de espoliação epistêmica e trincheira da guerra neoliberal.
Harvey (2003)	Acumulação por espoliação	Análise das plataformas digitais como instâncias de apropriação e monetização de saberes e experiências coletivas.
Fricker (2007)	Injustiça epistêmica (testemunhal e hermenêutica)	Fundamento ético e crítico para compreender a exclusão epistêmica nos sistemas algorítmicos contemporâneos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Com base nesse quadro teórico, torna-se possível compreender a governança algorítmica como um regime que não apenas organiza a informação, mas também institui modos legítimos de conhecer e de existir. A partir dessa leitura, a próxima seção analisará como tais fundamentos se materializaram na experiência pedagógica e reflexiva da disciplina Ocupação Epistêmica e Decolonialidade, abordando as contribuições metodológicas, pedagógicas e epistêmicas emergidas do processo formativo, bem como os modos de resistência e de produção de alternativas construídos por docentes e discentes a partir de epistemologias situadas, críticas e plurais, tendo a justiça epistêmica como eixo articulador entre teoria, prática e transformação social.

5 GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E JUSTIÇA EPISTÊMICA

Ofertada na pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG como desdobramento do projeto Governança Algorítmica, a disciplina Ocupação Epistêmica e Decolonialidade constituiu-se como um experimento pedagógico voltado à crítica das infraestruturas digitais sob a perspectiva das epistemologias do Sul, da justiça informacional e da colonialidade do saber. Mais do que uma disciplina temática, configurou-se como espaço formativo coletivo, ancorado na recusa da neutralidade epistêmica e na valorização da produção situada do conhecimento, por meio da escuta ativa, da mobilização de saberes não hegemônicos e da construção crítica colaborativa.

A noção de ocupação epistêmica foi mobilizada como metáfora e prática, visando tensionar os espaços institucionais e informacionais da ciência a partir de vozes historicamente marginalizadas. A proposta implicou a problematização da própria arquitetura

da informação: classificação, indexação, algoritmos e curadorias, enquanto dispositivos de exclusão cognitiva e apagamento simbólico. Ao longo da disciplina, práticas pedagógicas como rodas de conversa, desmontagens de interfaces, cartografias conceituais e exercícios de contranarrativa permitiram evidenciar os mecanismos simbólicos e disciplinares por trás da governança algorítmica e de sua ontologia da previsibilidade.

A justiça epistêmica foi compreendida não como mero conceito transposto da literatura (Castro-Gómez, 2005; Fricker, 2007; Santos, 2015), mas como horizonte ético-político em construção, articulando o direito à fala situada, o reconhecimento de saberes dissidentes e a crítica às tecnologias que regulam a legitimidade do conhecimento. Essa concepção demanda a descolonização dos modos de conhecer e ensinar, bem como a criação de condições materiais e simbólicas para a emergência de epistemologias silenciadas.

O percurso formativo não esteve isento de tensões: desafios em desconstruir modelos técnicos hegemônicos, limites institucionais à pluralidade epistêmica e riscos de cristalização da crítica emergiram como elementos constitutivos da experiência. No entanto, tais tensões reafirmaram a importância de uma pedagogia ancorada na complexidade sociocultural como aposta metodológica. A disciplina revelou, assim, o potencial da Ciência da Informação como campo de resistência e transformação, desde que disposta a rever seus fundamentos e abrir-se à insurgência epistêmica. Nenhuma transformação informacional será legítima sem a escuta atenta e o reconhecimento das vozes e saberes historicamente excluídos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste artigo buscou construir uma reflexão crítica e situada sobre a cultura digital a partir da noção de governança algorítmica, entendida não apenas como administração técnica de dados e fluxos informacionais, mas como um regime de poder que regula o reconhecimento dos saberes, a constituição das subjetividades e a mediação das relações sociais em escala global. Partindo das experiências formativas e reflexivas do projeto Governança Algorítmica na UFMG e da disciplina Ocupação Epistêmica e Decolonialidade, propusemos uma articulação entre os debates contemporâneos sobre colonialidade dos dados, epistemicídios e justiça epistêmica, com o objetivo de repensar o papel da informação como direito, bem comum e território de disputa cognitiva.

O percurso teórico realizado, que mobilizou autores como Santos (1994, 2000, 2006), Sodré (2017), Silveira (2021), Harvey (2003) e Fricker (2007), permitiu evidenciar que os

sistemas algorítmicos e as infraestruturas digitais operam como dispositivos de ordenamento simbólico, classificando, hierarquizando e, muitas vezes, eliminando formas de saber que não se ajustam aos padrões dominantes de racionalidade técnica e cognitiva. A colonialidade algorítmica, nesse sentido, não se restringe ao campo da tecnologia: ela é uma atualização dos regimes históricos de exclusão epistêmica, manifestando-se por meio da invisibilização de vozes, da deslegitimação de narrativas subalternas e da padronização semiótica da vida em nome da previsibilidade e da eficiência.

A proposta de justiça epistêmica que atravessa este trabalho vai, portanto, além de uma reivindicação por diversidade nos sistemas informacionais: ela convoca uma reconfiguração ontológica e epistemológica do campo da Ciência da Informação. Trata-se de reconhecer que a produção e o acesso à informação são inseparáveis das relações de poder que os estruturam, e que o conhecimento só pode cumprir uma função emancipadora se incorporar a pluralidade de experiências, cosmovisões e formas de vida que compõem o tecido social. Essa reconfiguração exige o descentramento da epistemologia eurocentrada, a crítica à neutralidade técnica e a valorização das epistemologias insurgentes que emergem dos territórios periféricos, dos corpos racializados, das vozes dissidentes e dos saberes populares.

Do ponto de vista metodológico, o artigo também defende uma postura ética e politicamente comprometida com a construção de práticas pedagógicas e investigativas que não reproduzam o epistemicídio sob o véu da tecnicidade. A experiência da disciplina abordada demonstra que é possível (e necessário) engajar a formação acadêmica em processos de escuta ativa, coautoria e análise crítica das tecnologias, abrindo espaço para que outras epistemologias ocupem o centro das discussões. Isso implica compreender a pesquisa e o ensino como práticas de resistência, em que o rigor teórico se combina com a abertura ao dissenso, à complexidade e à reconstrução coletiva do saber.

Como desdobramento, destaca-se a importância de que a agenda de pesquisa em Ciência da Informação incorpore, de forma sistemática, os aportes dos estudos decoloniais, feministas, raciais e interseccionais, desenvolvendo abordagens críticas voltadas às infraestruturas informacionais. Nesse mesmo sentido, é fundamental o fortalecimento de projetos de extensão e práticas pedagógicas que promovam a justiça informacional, o letramento crítico em dados, o uso de tecnologias livres e o protagonismo epistêmico de comunidades historicamente silenciadas. A governança algorítmica deve ser tensionada não

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

apenas em seus aspectos jurídicos e técnicos, mas, sobretudo, nos planos simbólico e cognitivo, onde se inscrevem as disputas pelos sentidos e possibilidades de futuros mais justos, diversos e pluriepistêmicos.

Não haverá justiça epistêmica sem a democratização radical da informação e das tecnologias que a mediam. Tal democratização somente se concretiza quando as epistemologias insurgentes deixam de ser objeto de análise para ocupar, efetivamente, o lugar de fundamento de uma nova Ciência da Informação: plural, crítica, situada e comprometida com a dignidade cognitiva de todos os povos.

REFERÊNCIAS

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750–1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CITTON, Yves. **Pour une écologie de l'attention**. Paris: Seuil, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Coleção TRANS.

EUBANKS, Virginia. **Automating Inequality**: How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor. [S. l.]: St. Martin's Press, 2018.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice**: Power and the Ethics of Knowing. [S. l.]: Oxford University Press, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. [S. l.]: Oxford University Press, 2003.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On Decoloniality**: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais, projetos globais**. Humanitas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication**. [S. l.]: Academic Books: SAGE, 2009.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. [S. l.]: NYU Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber**: Eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aintes: CLACSO, 2000.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation. Le disparate comme condition d'individuation par la relation? **Réseaux**, [S. l.], p. 163-196, 2013. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-reseaux-2013-1-page-163?lang=fr&tab=texte-integral>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Universidade no século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Denise Ferreira. In the Raw. **e-flux journal**, [S. l.], n. 93, set. 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33–52.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2017. 323 p.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**: The fight for a human future at the new frontier of power. [S. l.]: PublicAffairs, 2019.